



Constituição foi avanço para o país, afirmam autoridades

Constituintes, parlamentares atuais e recém-eleitos e chefes dos três Poderes e do Ministério Público se reuniram para celebrar as três décadas da Constituição

Sessão solene do Congresso Nacional comemorou ontem os 30 anos da Constituição, promulgada em 5 de outubro de 1988, com a presença dos chefes dos três Poderes, do ex-presidente da República José Sarney e do presidente eleito, Jair Bolsonaro.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, destacou que a Constituição marca a transição para o mais longo período democrático do país e foi a primeira a não se originar de uma ruptura institucional. **4 e 5**



Marcos Brambilla/Senado Federal

Jair Bolsonaro, Dias Toffoli, Michel Temer, Eunício Oliveira, José Sarney, Rodrigo Maia e Raquel Dodge compõem a mesa da sessão solene no Plenário da Câmara



Roque de Sá/Agência Senado

Cristovam Buarque relatou a proposta na Comissão de Assuntos Econômicos

Vai à Câmara projeto sobre prioridades no Orçamento

O Plenário aprovou ontem, com 52 votos favoráveis e 1 abstenção, projeto que garante prioridade aos gastos com saúde, educação e se-

gurança pública na execução orçamentária da União, do DF, dos estados e municípios.

A proposta segue agora para a Câmara **3**

Parlamentares devem votar hoje relatório da MP das Loterias

O relatório da Medida Provisória das Loterias pode ser votado hoje em reunião marcada para as 12h. Antes disso, o relator, Flexa Ribeiro, deve se

encontrar com parlamentares em seu gabinete para acertar possíveis mudanças no relatório com o objetivo de agilizar a votação. **2**



Brasil/2016

Dinheiro da loteria pode beneficiar esportes olímpicos, como a canoagem

Congresso retoma exame de vetos e créditos

Suspensa ontem por falta de quorum, sessão do Congresso será retomada hoje para análise de vetos e créditos adicionais ao Orçamento da União. **3**

SUS deve fazer teste genético, pedem médicos

Os testes, defendidos em audiência da Comissão de Assuntos Sociais, servem para antecipar diagnóstico de doenças como câncer. **6**

João Pessoa e Salvador terão empréstimos **3**

Prevista para hoje votação do Código de Aeronáutica **7**

Colegiado pode votar atualização de Lei das Teles **2**

Avança proposta que cria prazo para sigilo bancário **7**

Comissão analisa aumento de taxa de cartório no DF **7**



Exposição comemorativa dos 30 anos da Constituição Cidadã

de 22 de outubro a 16 de dezembro
Salão Negro do Congresso Nacional

Mais informações: cn.leg.br/visite



MP das Loterias deve ser votada hoje em comissão

Antes da votação, reunião no gabinete do relator tentará acertar mudanças no texto, que, após análise do colegiado, ainda precisa passar pelos Plenários da Câmara e do Senado. Medida expira no dia 28

A VOTAÇÃO DO relatório da Medida Provisória das Loterias foi adiada para hoje, às 12h. O presidente da comissão mista da MP 846/2018, deputado Evandro Roman (PSD PR), suspendeu a reunião de ontem, diante das dúvidas apresentadas por deputados e senadores sobre o texto. O relator, Flexa Ribeiro (PSDB PA), convocou reunião em seu gabinete para hoje de manhã, quando integrantes da comissão deverão acertar possíveis mudanças no relatório com o objetivo de agilizar a votação. Ele lembrou que a MP tem validade até o dia 28.

A MP das Loterias foi editada em agosto como uma nova versão da MP 841/2018, editada em junho e já sem validade. O novo texto nasceu a partir de uma articulação dos Ministérios da Cultura e do Esporte, após pressões de entidades dos dois setores, uma vez que a MP anterior diminuía os repasses das loterias destinados a essas áreas para aumentar os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). O governo prevê que a MP das Loterias garantirá o repasse anual de cerca de R\$ 1 bilhão para a área da segurança pública, R\$ 630 milhões para o esporte e R\$ 443 milhões para a cultura. Flexa informou que, na úl-



O relator da MP, Flexa Ribeiro (2º à esq.), convocou reunião para hoje

tima semana, procurou atender, na medida do possível, as demandas de deputados, senadores e representantes de entidades ligadas ao esporte e à cultura. Ele acrescentou que foram apresentadas 41 emendas, das quais aproveitou 11 de forma total ou parcial.

Mudanças

O relatório modifica os percentuais estabelecidos pela medida provisória para serem repassados à cultura, à segurança, ao esporte e a entidades de cunho social.

Dos recursos arrecadados com as loterias esportivas, Flexa Ribeiro propõe a transferência para o FNSP de 11,49% neste ano e 2% a partir de 2019. O fundo também receberá 5% dos recursos das loterias federais.

Já para o Fundo Nacional de Cultura (FNC), a transferência será de 1% dos recursos das lo-

terias esportivas. Dos recursos das loterias federais, a cultura também receberá 0,5% a partir do ano que vem.

O relatório também estabelece que a participação do Ministério do Esporte na arrecadação das loterias esportivas será de 10% em 2018, caindo para 3,1% a partir de 2019. A cota do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) fica fixada em 1,63%, enquanto o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) fica com 0,96% dos recursos das loterias esportivas. O percentual destinado aos prêmios das loterias esportivas fica em 37,61% em 2018 e passa para 55% a partir do ano que vem.

Flexa também trata de percentuais de distribuição do produto da arrecadação da loteria de prognóstico específico, beneficiando áreas como a segurança pública, a saúde e o Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Legislativo assina acordo para criar rede de sustentabilidade

O Senado, a Câmara dos Deputados e o Tribunal de Contas da União (TCU) assinaram ontem o Acordo de Cooperação da Rede Nacional de Sustentabilidade no Legislativo. A diretora-geral da Casa, Ilana Trombka, representou o presidente do Senado, Eunício Oliveira, na assinatura do documento, que objetiva criar a Rede Legislativo Sustentável. O acordo também foi assinado pelo diretor-adjunto da Câmara, Mauro Mena Barreto, e pelo secretário-geral de Administração do TCU, Carlos Roberto Caixeta.

A assinatura foi feita durante o 1º Seminário Nacional de Sustentabilidade do Legislativo, no TCU, que teve a participação do presidente do tribunal, Raimundo Carreiro. A diretora-geral do Senado elogiou a iniciativa.

— Nada é mais sustentável do que a união dos três órgãos em torno de uma ideia, que assim ganha maior relevância e

consegue seus efeitos de forma eficiente e com mais impacto.

A diretora-geral ressaltou a importância de outras Casas legislativas aderirem à Rede Legislativo Sustentável.

— Não existem limites físicos nem geográficos no que diz respeito ao consumo adequado, eficiente e racional dos recursos naturais. A forma como os órgãos públicos têm de lidar com isso é o exemplo que temos de dar para a sociedade. É importante difundir essa ideia para as assembleias legislativas e câmaras de vereadores de tal maneira que boas ideias e boas práticas possam efetivamente começar o seu caminho para todos os municípios brasileiros.

Segundo a coordenadora do Núcleo de Ações Socioambientais do Senado, Karin Kässmayer, a Rede Legislativo Sustentável deverá contribuir para articulação de todas as Casas legislativas do país em torno da sustentabilidade.

Eunício diz que pode discutir Orçamento com Jair Bolsonaro

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse à imprensa que está aberto à discussão com o presidente eleito, Jair Bolsonaro, e com o futuro ministro da área econômica, Paulo Guedes, a respeito de propostas ao Orçamento para 2019. O assunto foi debatido em reunião ontem, antes da sessão solene do Congresso Nacional em comemoração pelos 30 anos da Constituição.

— Eu já havia prorrogado o prazo de emendas ao Orçamento e disse a eles que estaria aberto a discutir. Não seria correto de minha parte, entendo eu, e nem justo com o presidente eleito, não permitir que ele possa fazer solicitações de alteração nesse Orçamento que vai ser aplicado em 2019. Nós vamos votar o Orçamento, e quem vai executar é ele —

declarou Eunício Oliveira, que enfatizou a obrigação constitucional de cumprir o prazo até 22 de dezembro para discussão e aprovação do Orçamento pelo Congresso Nacional.

Impacto fiscal

O presidente do Senado também se declarou disposto a discutir sobre as propostas em tramitação na Casa e já adiantou que não pautará nenhum projeto que cause impacto fiscal nas contas públicas.

— Não farei nenhuma pauta-bomba, para não criar nenhum tipo de problema, a não ser os projetos que já estão tramitando aqui na Casa. E caso não aconteça nenhum tipo de solicitação para que se faça um entendimento em relação a isso — afirmou Eunício.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CAS Perícias do INSS**
9h Texto que obriga o INSS a recrutar peritos de outros órgãos é um dos 14 itens.
- CCT Marco Legal das Telecomunicações**
9h Análise do novo Marco Legal das Telecomunicações.
- CDR Zona Franca Verde**
9h Isenção de imposto para Zona Franca Verde é um dos 7 itens.
- CJ Cartórios do DF**
10h Na pauta de 28 itens, texto que aumenta taxas nos cartórios do DF.
- CRE Sabatina de embaixadores**
10h Costa Rica e Arábia Saudita.
- CE Músicos**
10h30 Debate sobre a profissão.
- CÓDIGO DA AERONÁUTICA Relatório**
11h Análise do projeto que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.
- CTEC Transparência Legislativa**
11h Após pauta de 15 itens, apresentação do Índice de Transparência Legislativa.
- CDH Brinquedos adaptados**
11h Votação do projeto que obriga cota de brinquedos para crianças com deficiência em shoppings.
- MP 846/2018 Verba de loterias**
12h Análise de relatório.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Abre a pauta texto que obriga as empresas distribuidoras de energia a pagar multa aos usuários quando houver interrupção dos serviços.
- CAE Distrato**
14h30 Projeto que regula o distrato no setor imobiliário é um dos 4 itens da pauta.
- CMO Crédito especial para estatais**
14h30 Reunião deliberativa.
- CMCVM Emendas**
14h30 Análise de requerimentos e de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2019.
- CMMC COP-24 e Acordo do Clima**
14:30 Debate sobre a participação na COP-24, na Polônia, e implementação do Acordo do Clima.
- MP 849/2018 Reajuste de servidores**
14h30 Instalação e eleição de presidente e vice.
- MP 850/2018 Agência de Museus**
14h40 Instalação e eleição de presidente e vice.
- MP 851/2018 Fundos patrimoniais**
14h50 Instalação e eleição de presidente e vice.
- CONGRESSO Sessão conjunta**
15h Continuação da sessão conjunta para apreciar vetos e projetos de créditos especiais.
- MP 852/2018 Imóveis do INSS**
15h Instalação e eleição de presidente e vice.
- MP 853/2018 Adesão ao Funpresp**
15h10 Instalação e eleição de presidente e vice.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e Cidadania: senado.leg.br/ecidania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Senado aprova prioridades para o Orçamento

Texto, que vai à Câmara, estabelece que os gastos com saúde, educação e segurança pública passam a ter preferência na execução orçamentária de União, DF, estados e municípios

COM 52 VOTOS favoráveis, nenhum contrário e 1 abstenção, o Plenário do Senado aprovou ontem o projeto que garante prioridade aos gastos com saúde, educação e segurança na execução orçamentária da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. A proposta segue para análise da Câmara dos Deputados.

Da senadora Rose de Freitas (Pode-ES), o PLS 329/2017 — Complementar trata, originalmente, de prioridade apenas para as áreas de saúde e de educação, mas o relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Cristovam Buarque (PPS-DF), acatou emenda do colega Telmário Mota (PTB-RR) para incluir no texto a área de segurança.

O projeto determina que, ao aprovar o quadro de cotas trimestrais da despesa de cada unidade orçamentária, a administração deverá priorizar os gastos destinados a essas áreas, de forma a garantir a

observação dos limites mínimos constitucionais.

O resultado é que, não havendo recursos para cobrir todas as despesas obrigatórias, a prioridade recairá sobre as ações e serviços de educação,

saúde e segurança. E, em uma possível situação em que as despesas obrigatórias superem a arrecadação, essas serão as últimas áreas a serem cortadas.

Na justificativa do projeto, Rose de Freitas afirma que a Constituição estabelece, de modo expresso, que a saúde e a educação são “direito de todos e dever do estado”. A senadora observa ainda que o texto constitucional define patamares mínimos das receitas públicas que devem ser aplicadas em cada uma dessas áreas pelos entes federativos.

Apesar das garantias, Rose diz que são frequentes os casos de programas e ações de saúde e educação que são comprometidos ou mesmo

paralisados pelo atraso no repasse de recursos.

O texto recebeu apoio em Plenário, como o relator, Cristovam Buarque, e os senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Para eles, o projeto preenche uma lacuna jurídica do país e dá mais segurança para a execução orçamentária em áreas sociais tão importantes para toda a população brasileira.

— Haverá prioridade na execução do Orçamento para os gastos na área de educação, saúde e segurança. Se tivéssemos isso há mais tempo, era possível que nossa situação hoje não fosse tão dramática — afirmou o senador Cristovam Buarque.



Os senadores aprovaram o projeto por 52 votos favoráveis e 1 abstenção

Mudança na margem de gastos com pessoal volta para comissão

O Plenário aprovou ontem requerimento para que o substitutivo ao projeto que amplia a margem de gastos dos municípios com pessoal seja analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) limita essas despesas a 60% da receita corrente líquida das prefeituras. O autor do PLS 15/2016, Otto Alencar (PSDB-BA), exclui do percentual gastos com servidores de programas sociais.

O ex-senador Roberto Muniz relatou o projeto em 2016. Ele excluiu do limite de 60% gastos com membros eletivos dos conselhos tutelares, mas criou uma nova regra para o

“expurgo” de despesas com pessoal nas áreas de saúde da família, assistência social e atenção psicossocial.

Pelo texto, todos os gastos com servidores relativos a esses programas podem ser excluídos do percentual imposto às prefeituras, deixando de fora a parte da despesa custeada com recursos federais. A proposta estende, ainda, a mesma regra aos estados, dispensando os governadores de incluir no limite de 60% as despesas com servidores das mesmas áreas — desde que custeadas pela União. Nesse caso, os gastos devem ser computados no teto imposto ao governo federal, que é de 50% da receita.

Liberados empréstimos para Salvador e João Pessoa

O Plenário autorizou ontem o município de João Pessoa a contratar empréstimo de até US\$ 100 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos serão usados no financiamento parcial de programa de desenvolvimento urbano na capital paraibana.

O Plenário também aprovou autorização para que o município de Salvador contrate empréstimo de US\$ 60,7 milhões na Corporação Andina de Fomento (CAF).

Mais cedo, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) já havia aprovado as duas operações de crédito externo.

O Programa João Pessoa Sustentável contém um conjunto de medidas que permitirão, por exemplo, a construção de 2,3 mil novas moradias

em conjuntos habitacionais da cidade, além de obras de infraestrutura básica e equipamento urbano. Também estão previstas ações em assentamentos irregulares.

Tecnologia

O projeto ainda prevê a implantação do Centro de Cooperação da Cidade, para integrar tecnologicamente os serviços municipais e facilitar a atuação em situações de emergência, risco de desastres naturais, segurança pública e mobilidade. Os recursos também servirão para a recuperação socioambiental do antigo lixão municipal.

Ao destacar a aprovação, o senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) agradeceu ao relator, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), e ao presidente da

CAE, Tasso Jereissati (PSDB-CE).

No caso do empréstimo para Salvador, a verba será usada no financiamento parcial do Programa de Requalificação Urbanística da capital baiana.

O relator do texto, senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), ressaltou que a operação de crédito tem suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras do Banco Central.

— Estamos aqui diante da constatação efetiva e material, de que, para além da profunda crise em que vive o Estado brasileiro e os entes nacionais e subnacionais, é possível, sim, uma gestão responsável — disse o senador Ricardo Ferraço, elogiando o prefeito de Salvador, ACM Neto.

Sessão do Congresso será retomada hoje para análise de vetos

Devido ao baixo número de deputados na sessão do Congresso Nacional de ontem, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, decidiu suspendê-la. Ele convocou retomada da sessão para hoje, às 15h.

Parlamentares favoráveis à derrubada de alguns vetos presidenciais em análise pediram o adiamento, pois são necessários pelos menos 257 votos na Câmara e 41 no Senado para o cancelamento de veto. Alguns partidos chegaram a entrar em obstrução. No momento da suspensão, o quorum estava em 260 deputados e 57 senadores.

Na pauta de votações do Congresso, estão nove vetos presidenciais e cinco projetos de lei que abrem créditos adicionais ao Orçamento da União de 2018.

Entre os itens pautados, está o veto total do presidente da República, Michel Temer, ao PLC 76/2018 — Complementar. A proposta autorizava o retorno ao Simples Nacional de microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte excluídos por inadimplência. O Simples é um regime tributário simplificado que concentra em uma só guia o pagamento de oito tributos.

Também na fila de votação está o veto que excluiu 18 trechos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019, a maioria deles garantia mais recursos para determinadas áreas e priorizava a destinação de verbas. A justificativa do governo foi de que as propostas ferem a Emenda do Teto de Gastos (EC 95) e criam rigidez

no Orçamento, dificultando o remanejamento do dinheiro.

Também na pauta está o veto parcial à Lei 13.674, que autorizou empresas de tecnologia da informação e da comunicação a investirem em atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação como contrapartida para recebimento de isenções tributárias. Entre os itens vetados, está a possibilidade de enquadramento entre os gastos passíveis de benefício a modernização de infraestrutura física e de laboratórios.

Outro veto atingiu a lei que instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (Lei 13.675). Um dos trechos cancelados incluiria no sistema o programa socioeducativo destinado a menores em conflito com a lei. Foi vetada também a isenção total até o fim de

2018 do PIS/Cofins sobre o óleo diesel. Para compensar, Temer editou três medidas provisórias (MPs 831, 832 e 833) para garantir o acordo com os caminhoneiros e reduzir em R\$ 0,46 o preço do litro do diesel. Há ainda mais quatro vetos, todos de 2018.

Após os vetos presidenciais, os parlamentares poderão votar cinco projetos de lei do Congresso Nacional (PLNs) que abrem créditos adicionais no Orçamento de 2018.

Entre eles, está o PLN 11/2018, que abre crédito especial de R\$ 42,5 milhões para os Ministérios dos Transportes, da Aviação Civil e da Integração Nacional. Já o PLN 14/2018 abre crédito suplementar de R\$ 266,7 milhões, dos quais R\$ 81,4 milhões irão para o Ministério da Defesa.

RÁPIDAS

EMBAIXADORA NA GUATEMALA É APROVADA

Com 43 votos favoráveis e 2 abstenções, o Senado aprovou ontem a indicação de Vera Cíntia Álvarez para exercer o cargo de embaixadora do Brasil na Guatemala. Em sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE), em setembro, a diplomata informou que um de seus focos de atuação será o intercâmbio esportivo com o país da América Central.

INDICAÇÃO PARA O CNJ PASSA EM PLENÁRIO

O Plenário aprovou ontem, com 46 votos favoráveis e 6 contrários e 1 abstenção, a indicação da procuradora regional da República Maria Cristiana Simões Amorim Ziuva para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ela vai ocupar uma vaga destinada ao Ministério Público Federal. Maria Cristiana também é professora de direito civil.

Autoridades pedem respeito à Constituição, que faz 30 anos

Parlamentares, chefes dos três Poderes e do Ministério Público se reuniram ontem em uma sessão solene para marcar as três décadas da Constituição Cidadã. O presidente eleito, Jair Bolsonaro, e o ex-presidente José Sarney também participaram da homenagem



EM 5 DE outubro de 1988, o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (1916-1992), promulgava a nova Constituição brasileira. Trinta anos depois, uma sessão solene do Congresso celebrou ontem a data histórica com a presença dos chefes dos três Poderes, do ex-presidente José Sarney e do presidente eleito, Jair Bolsonaro.

Em mais de três horas de sessão no Plenário da Câmara — que recebeu também parlamentares recém-eleitos —, os participantes foram unânimes na defesa da Constituição Cidadã. Além disso, destacaram a importância do texto no processo de redemocratização.

O presidente do Senado e do Congresso, Eunício Oliveira, lembrou que a Constituição de 1988 marca a transição para o mais longo período democrático do país.

— Foi a primeira Constituição brasileira a não se originar de uma ruptura institucional nem ser precedida de um ato de independência. É uma obra eloquente do avanço institucional, social e legislativo

da civilização brasileira — afirmou, ao reforçar que o documento precisa ser respeitado e cumprido.

Na primeira visita a Brasília depois de eleito presidente da República, o deputado Jair Bolsonaro ressaltou que, na democracia, deve existir somente um norte: o da Constituição. Ele chegou ao Plenário acompanhado de um forte esquema de segurança, cumprimentou vários colegas e, num breve discurso, afirmou que o Brasil tem tudo para se tornar um grande país, mas que, para isso, será necessária a união de todos.

— Quero dizer a todos: na topografia existem três nortes, o da quadrícula, o verdadeiro e o magnético, mas na democracia há só um: é o da nossa Constituição.

Já o presidente Michel Temer, além de defender a tese de que não há caminho fora da Constituição, recordou momentos importantes da Assembleia Constituinte e lembrou que o povo tinha acesso ao Congresso para trazer suas reivindicações.

Representando o Judiciário, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, também pregou a união. Segundo ele, passado o período eleitoral, este é o momento de a sociedade se unir pelo desenvolvimento do país.

— Chegou a hora de a política voltar a liderar as grandes questões. Assim será



Plenário da Câmara durante sessão para comemorar os 30 anos da Constituição: autoridades e parlamentares destacaram avanços do texto promulgado em 1988

possível voltar à clássica divisão dos Poderes, com o Legislativo cuidando do futuro, o Executivo do presente e o Judiciário do passado — afirmou o ministro, que ainda defendeu a imprensa livre e o Judiciário “forte, independente e autônomo”.

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, por sua vez, destacou que o texto constitucional é um marco na superação das desigualdades sociais ao prestigiar a erradicação da pobreza e

a proteção às minorias.

— Em uma nação de imigrantes e nativos, nossa Constituição reconhece a pluralidade étnica, linguística, de crença e de opinião, a equidade no tratamento e o respeito às minorias. [...] Não basta reverenciá-la em uma atitude contemplativa. É preciso cumpri-la — alertou.

Também ocuparam a tribuna o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) — que reafirmou o compromisso de

assegurar as conquistas democráticas da Carta Magna —, além de deputados e senadores, alguns deles constituintes, como José Serra (PSDB-SP).

Durante o evento, foram lançadas publicações elaboradas pelas áreas técnicas do Senado e da Câmara para marcar a data: uma edição especial da *Revista de Informação Legislativa* (RIL), um livro digital, um livro infantil e um audiolivro para pessoas com deficiência.

Presidente do Senado resalta a importância da Carta para a democracia

“A persistência da Constituição é a sobrevivência da nossa democracia.” A frase de Ulysses Guimarães foi lembrada no discurso de Eunício Oliveira no aniversário da Carta.

Eunício afirmou que essa frase o inspirou e o inspira em todos os momentos de sua vida pública e lembrou o momento histórico vivido pelo Brasil há 30 anos.

O senador lembrou que a Carta Magna foi resultado de uma promessa de campanha do presidente Tancredo Neves e que o presidente José Sarney, seu sucessor, cumpriu após três meses de mandato presidencial. Eunício recordou que a última Constituinte foi a mais longa da história, funcionando de 1º de fevereiro de 1987 a 5 de outubro de 1988.

— Quem participou da Assembleia Nacional Constituinte costuma lembrar com entusiasmo daquele maravilhoso momento da história do Brasil. Os corredores deste Congresso Nacional fervilhavam de brasileiros e brasileiras, de todas as profissões, de todas as raças, de todas as cores.

O trabalho do colegiado também foi elogiado pelo presidente do Congresso, que destacou seus recortes de produção legislativa: 330 sessões plenárias, mais de mil votações e mais de 15 mil pronunciamentos. Eunício ressaltou a importância da democracia e disse que, igualmente, nas últimas eleições, o voto democrático prevaleceu.

— Em aquele momento, o povo brasileiro

soubes, como sabe hoje, que é na democracia que se escreve o futuro com as próprias mãos. Essa é a história da nossa Constituição. Por isso, devemos sempre respeitá-la e principalmente cumpri-la.

Câmara

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, afirmou que o país tem na Constituição de 1988 “a sua bússola” e que, embora imperfeita, ela é intensa e detalhada.

— Nossa Constituição é sábia. A frase do doutor Ulysses nos lembrou que a Constituição depende a sobrevivência da nossa democracia. Parabéns à nossa Constituição por nossos 30 anos. Há mais a fazer do que a celebrar.



Michel Temer e Jair Bolsonaro: atual presidente e presidente eleito se reuniram na Presidência do Senado

Temer e Bolsonaro defendem união entre os Poderes para definir os caminhos do país

“Não há caminho fora da Constituição”, defendeu o presidente da República, Michel Temer, na sessão que celebrou os 30 anos da Carta Magna.

Temer lembrou a movimentação no Parlamento no período da Assembleia Nacional Constituinte. E ressaltou que todas as reivindicações da população foram acolhidas na Constituição.

— Quando o presidente [da Assembleia Nacional Constituinte] Ulysses Guimarães disse que esta é a Constituição Cidadã, ele quis dizer que ela é a Constituição Cidadã na voz e no conteúdo, porque se deu pela voz do povo brasileiro.

Michel Temer defendeu o encontro permanente dos chefes dos três Poderes para definir os caminhos do país. E afirmou que momentos como a sessão solene são importantes para recordar a Constituição com o objetivo de

preservá-la, “para que daqui a 70 anos estejamos todos aqui comemorando o seu centenário”.

Compromisso oficial

O presidente da República eleito, Jair Bolsonaro, disse estar feliz em retornar à Casa, após o resultado das eleições. Ele, que é deputado federal, também defendeu a união entre os Poderes e declarou que vai continuar “construindo o Brasil que a população merece”.

— Temos tudo para sermos uma grande nação. E, na democracia, é a Constituição que deve orientar nossas ações — afirmou.

A sessão foi o primeiro compromisso oficial no Congresso em que Bolsonaro participou como presidente eleito. Ele e Temer estiveram na abertura da sessão, mas foram embora antes do término, para cumprir outras agendas.

Texto constitucional assegurou democracia e direitos civis, lembram constituintes

Deputados e senadores constituintes reforçaram, na sessão solene do Congresso, o papel fundamental da Constituição para a redemocratização do país e a ampliação de direitos civis e sociais. Eles defenderam o respeito à Carta Magna. Deputado constituinte entre 1987 e 1988, o senador José Serra (PSDB-SP) afirmou que uma das grandes virtudes da chamada Constituição Cidadã é a garantia de direitos.

— Poucos parecem divergir, a esta altura, da constatação de que o principal mérito da Constituição de 1988 é a consagração das liberdades democráticas (de opinião, manifestação e organização) e das garantias individuais: a criminalização inequívoca do racismo, a abolição do banimento e da pena de morte, o livre exercício dos cultos religiosos e o repúdio a tratamentos desumanos ou degradantes.

Serra destacou que o documento também trouxe avanços como o Sistema Único de Saúde, o fundo que reuniu as contribuições do PIS/Pasep e o fortalecimento do Ministério Público. Ele reconheceu que o texto tem problemas, mas é a expressão do período histórico vivido à época.



José Serra é um dos atuais parlamentares que participaram da Assembleia Constituinte

— Fina a ditadura militar, a nova Lei Maior procurou expressar o seu repúdio ao autoritarismo, precavendo-se de tentações golpistas e da agressão a direitos individuais.

Para o constituinte e hoje deputado federal Simão Sessim (PP-RJ), o documento reflete os anseios da população: — O povo esteve todo o tempo presente nos corredores, nas galerias e plenários do Congresso.

Outros constituintes que falaram na sessão — como os hoje deputados federais Paes Landim (PTB-PI), Marcondes Gadelha (PSC-PB) e Heráclito Fortes (DEM-PI) — disseram confiar no cumprimento da Constituição por todos os Poderes da República.

Dias Toffoli elogia atuação do Congresso na elaboração das leis de combate à corrupção

Em seu discurso na sessão solene que celebrou os 30 anos da Constituição de 1988, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, afirmou ser testemunha do esforço que, no seu entender, o Parlamento tem feito nos últimos anos para aprovar leis que “aprimoram o sistema judicial em todas as suas áreas”.

O presidente do STF destacou a Lei das Organizações Criminosas (Lei 12.850), aprovada em 2013.

— Essa lei tem sido essencial nas investigações de combate à corrupção que vimos nos últimos anos. É preciso que se diga que nenhuma dessas investigações seria possível se não fosse o Parlamento a ter aprovado.

Toffoli também citou a aprovação da Emenda Constitucional 35, de 2001, que permitiu à Suprema Corte investigar e processar parlamentares sem a autorização da Casa legislativa e as Leis Anticorrupção, da Transpa-



Para Dias Toffoli, o momento agora é de união nacional em torno do desenvolvimento do país

rência, da Ficha Limpa e de Acesso à Informação, entre outras.

O presidente do STF afirmou que é chegado o momento de a sociedade se unir pelo desenvolvimento, “com um ponto de união em meio às diferenças”.

— Chegou a hora de a política voltar a liderar as grandes questões. Assim será possível voltar à clássica divisão dos Poderes, com o Legislativo cuidando do futuro, o Executivo do presente e o Judiciário do passado.

Raquel Dodge resalta liberdades de opinião e de imprensa e o respeito às minorias

No seu discurso durante a cerimônia pelos 30 anos da Constituição de 1988, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, destacou que a Carta Magna tem como um de seus alicerces o reconhecimento de que o Brasil é marcado pela “pluralidade étnica, de crenças e de opiniões”, e que também, em virtude disso, deve promover “a equidade no tratamento e o respeito às minorias”.

— Isso não é pouco, muito pelo contrário, é uma coisa extraordinária. É o governo de leis que garante a civilização e as liberdades essenciais, como as de imprensa, de expressão,



Raquel Dodge afirma a pluralidade da sociedade brasileira reconhecida pela Constituição

de opinião, de crítica e de cátedra. Também garante a autonomia das universidades, para que a inovação desenvolva-se sem amarras.

Ana Amélia alerta para os 119 artigos ainda pendentes de regulamentação

Ana Amélia (PP-RS) elogiou ontem a Constituição, mas avaliou que ela poderia ser mais objetiva, com menos artigos.

— Nos EUA, as regras são claras e objetivas, razão pela qual o país funciona — afirmou a senadora.

Ela lembrou que o documento tem 119 artigos a serem regulamentados, que acabam não sendo executados.

— Enquanto eles não tiverem a regulamentação, não entram em prática, são letra morta.

Paim afirma que trabalhos na Constituinte marcaram sua trajetória política

Deputado federal constituinte, o senador Paulo Paim (PT-RS) comemorou os 30 anos da Constituição, documento que, na opinião dele, instituiu, protegeu e que ainda cuida muito bem da democracia.

Segundo o senador, os trabalhos durante a Constituinte foram marcantes em sua trajetória política. Paim lembrou que, àquela época, o Brasil deixava a ditadura militar e a letargia política, com o despertar da cidadania, o pluripartidarismo e as eleições diretas. De acordo com ele, muitas sugestões da sociedade foram encaminhadas e serviram de inspiração para elaborar o documento.

Vanessa Grazziotin diz que reforma trabalhista fere direitos garantidos em 1988

Vanessa Grazziotin (PCDoB-AM) declarou ontem que manobras políticas têm comprometido as garantias previstas pela Constituição de 1988. Por isso, é necessário defendê-la.

A senadora citou as novas relações de trabalho previstas na reforma trabalhista. Na opinião dela, quando a nova lei prevê a não obrigatoriedade de pagamento do salário mínimo à trabalhadores contratados em regime intermitente, ela fere o art. 7º da Constituição, que garante o salário mínimo como direito de todos.

Telmário Mota reclama de rebaixamento funcional de policiais civis de Roraima

Telmário Mota (PTB-RR) reclamou ontem do rebaixamento funcional de policiais civis do antigo território de Roraima com mais de 30 anos de trabalho. O senador afirmou que eles tinham sido enquadrados na classe especial, após uma luta de décadas, em 2017, graças a uma emenda da senadora Ângela Portela (PDT-RR), que ele ajudou a aprovar.

Mas, segundo ele, o rebaixamento decidido pela comissão especial do Ministério do Planejamento surpreendeu os servidores.

Debatedores pedem testes genéticos no SUS

Especialistas que participaram de audiência na Comissão de Assuntos Sociais defenderam a inclusão dos exames para diagnóstico e tratamento do câncer no Sistema Único de Saúde

EM AUDIÊNCIA ONTEM na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), médicos, pacientes e representantes da sociedade civil defenderam o uso de testes genéticos para o diagnóstico e o tratamento de câncer pelo SUS.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a doença matou 223,4 mil pessoas no Brasil em 2015 — um crescimento de 31% em relação a 2000.

A medicina personalizada ou de precisão é oferecida por instituições privadas do sistema de saúde complementar. Por meio de testes de DNA, é possível identificar se uma pessoa tem predisposição para desenvolver algum tipo de câncer. A análise do genoma permite ainda que o médico escolha drogas específicas e mais eficientes para cada paciente.

Em 2016, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) autorizou a realização de testes genéticos para o câncer de mama hereditário. Mas 70% dos pacientes são usuários do SUS e não têm acesso ao exame ou ao tratamento de precisão na rede privada. Para a oncogeneticista do Hospital

do Câncer de Barretos (SP) Edenír Palmero, o desafio é universalizar a medicina personalizada.

— Nada adianta se a nossa população não tiver acesso. Uma grande meta, uma grande luta, é garantir acesso à avaliação do risco genético do câncer e ao manejo clínico para pacientes de alto risco do SUS.

Para o oncologista do Hospital Sírio-Libanês Marcelo Cruz, a abordagem com drogas convencionais é “de tentativa e erro”, ao contrário da medicina de precisão.

— Felizmente no Brasil, na saúde suplementar, temos terapias-alvo para vários tipos de câncer: pulmão, ginecológico e outros. Mas a gente precisa ampliar esse acesso à população de uma maneira geral. Nos Estados Unidos, são mais de 100 tipos de medicamentos. É o paciente certo para o remédio certo.

Redução de gastos

Para a presidente do Instituto Lado a Lado pela Vida, Marlene Oliveira, o uso de informações genéticas de cada paciente pode reduzir os gastos com saúde a longo prazo. A prioridade, diz, deve



Presidente da comissão, Marta Suplicy (C) comanda o debate sobre a realização de testes genéticos pelo SUS

ser a identificação correta e precoce da doença.

— A confirmação do diagnóstico é ponto crítico para a efetivação do direito à saúde. No Brasil, 20% dos pacientes demoram mais de 60 dias para conseguir a assinatura do laudo da biopsia desde a primeira consulta com um especialista. Mais de 40% chegam à unidade de alta complexidade com exames feitos há mais de 8 meses. Mais de 60% são diagnosticados em fases avançadas do tumor, quando as chances de cura são menores e os custos do tratamento costumam ser entre 60% e 80% maiores.

Professor de pós-graduação da Universidade de Campinas (Unicamp), o oncologista André Sasse avalia que o Brasil “precisa saber investir melhor” o dinheiro da saúde. Ele reconhece que o SUS vive “com orçamento muito limitado”, mas é submetido a

um “modelo de pagamento, reembolso e financiamento confuso e ultrapassado”.

Orçamento

Um dos autores do requerimento para o debate, o senador Waldemir Moka (MDB-MS) é o relator-geral do Orçamento de 2019. Ele entende que a medicina personalizada deve ser privilegiada com mais recursos da União. Mas diz que o desafio é saber de onde tirar o dinheiro.

— Vamos alocar recursos específicos para a medicina de precisão? Sim. Mas de onde esses recursos vão sair? É essa a discussão, porque o recurso é finito. Em algum momento, será preciso fazer uma opção. Vamos ter que convencer as pessoas.

A senadora Ana Amélia (PPRS) cobrou do governo a adoção dos testes genéticos na rede pública.

— Quando optamos por uma medicina de precisão, vamos ter economia. Com um ajuste melhor, o remédio é mais eficaz e muito mais barato.

O coordenador-geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde, Sandro Martins, reconhece a importância da medicina de precisão e afirma que a abordagem “não é uma coisa nova no SUS”. A rede pública conta com exames genéticos como o teste do pezinho, além de programas específicos para rastrear casos de doenças raras e hepatite C. Mas ele lembrou que a expansão da cobertura esbarra na “realidade fiscal” do país.

— Temos que olhar para nossa realidade fiscal e entender que é preciso encontrar previsibilidade orçamentária para esse investimento, necessário à melhoria das condições de vida das pessoas.

Comissão de Assuntos Sociais pode votar texto que facilita laqueadura

Projeto que facilita o acesso a procedimentos de laqueadura e vasectomia está entre os 14 itens da pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) de hoje, às 9h. O PLS 107/2018, de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), permite que a realização da laqueadura no período do pós-parto ou do pós-aborto imediato, na mesma ocorrência de internação.

No âmbito do SUS, há dois projetos. O PLS 148/2016 visa assegurar o rastreamento de doenças crônicas, não transmissíveis, no serviço público de saúde.

A CAS promoveu ontem audiência sobre a aplicabilidade no SUS de medicina especializada, prática que direciona tratamentos a partir de informações genéticas sobre predisposição a doenças.

Já o PLS 140/2017 limita a até cinco dias o prazo para o paciente receber o protocolo de encaminhamento de procedimentos, contendo a data e o local de realização. O projeto, de Dário Berger (MDB-SC), determina a divulgação da fila de espera para procedimentos, resguardando o sigilo e a intimidade do paciente.

Colegiado discute regras para contratar músicos

A mudança das regras de contratação de músicos e outros profissionais do setor artístico proposta pelo Ministério do Trabalho será tema de audiência pública marcada para hoje, às 10h30, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O debate, proposto por Cristovam Buarque (PPS-DF), tem como foco a Portaria 656, de 22 de agosto de 2018, do Ministério do Trabalho, que estabelece normas para oferecer um modelo de contrato de trabalho para músicos, artistas e técnicos de espetáculos de diversões.

Segundo o senador, a

portaria cria restrições e entraves ao exercício profissional ao estabelecer exigências prévias de pagamentos de taxas, a obrigatoriedade de inscrição na Ordem dos Músicos do Brasil, além do cumprimento de rotinas burocráticas. A regulamentação exige maior participação dos sindicatos na contratação de profissionais para shows, até mesmo de estrangeiros.

“A norma também está em desacordo com a Lei 13.467, de 2017, denominada reforma trabalhista, ao exigir comprovantes de recolhimentos sindicais, quando o chamado imposto sindical foi substituído por contribuição prévia e expressamente autorizada”, aponta Cristovam.

O senador afirma no requerimento que a portaria prejudica a maioria dos 8 milhões de músicos em atividade no país e afronta a Constituição, que, em seu artigo 5º, garante o livre exercício de qualquer ofício ou profissão.

“Para indignação da classe dos músicos do país, a referida portaria vai muito além de oferecer modelos padronizados de contrato, com os elementos mínimos previstos na legislação civil. Cria restrições e entraves ao exercício profissional”, alega o senador.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Avança prazo de 25 anos para sigilo bancário

Atual legislação determina que as instituições financeiras respeitem o sigilo de operações, mas não fixa prazo para divulgação das informações em caso de interesse público

BANCOS, CORRETORAS, SOCIEDADES e cooperativas de crédito e demais instituições financeiras poderão fornecer dados bancários depois de 25 anos de sigilo obrigatório de operações financeiras. É o que determina proposta aprovada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O texto segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O projeto, do senador Cristovam Buarque (PPS-DF), muda a legislação, que hoje não define limites para a guarda do sigilo. Para o senador, o novo texto vai beneficiar o interesse público por meio da divulgação de dados financeiros com potencial valor histórico.

O PLS 211/2018 altera a Lei do Sigilo das Operações Bancárias, que estabelece a obrigação de as instituições financeiras conservarem sigilo em suas operações ativas e



Tasso Jereissati, presidente da CAE, e Garibaldi Alves Filho, relator do projeto que cria prazo para sigilo bancário

passivas e serviços prestados. Segundo Cristovam, a ausência de prazo pode dificultar ou mesmo inviabilizar ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior

relevância, mesmo após decurso de prazo razoável.

O relator, Garibaldi Alves Filho (MDB-RN), considera que a proposta resguarda direitos individuais à privacidade e,

ao mesmo tempo, permite a divulgação de informações de relevante interesse público após o decurso do tempo. Como as atas das reuniões do Conselho Monetário Na-

cional realizadas no período militar que, ainda sob sigilo, inviabilizam a elaboração de pesquisas e estudos com potencial repercussão nacional.

“A divulgação de dados e de operações financeiras de importante caráter histórico estimulará o desenvolvimento de estudos e pesquisas atualmente inviáveis, com a consequente ampliação dos mecanismos de controle social sobre atos políticos e administrativos praticados no Brasil”, defende Garibaldi no parecer.

Cristovam considera o prazo de 25 anos razoável diante do preceito constitucional de resguardo da intimidade dos indivíduos. Para ele, o projeto obedece a Lei de Acesso à Informação, que cria prazos para sigilo de informações de acordo com a classificação: ultrassecreta (25 anos), secreta (15 anos) e reservada (5 anos).

Aumento das taxas de cartórios do Distrito Federal volta ao debate

A intenção de aumentar a arrecadação dos cartórios e criar um fundo para financiar e modernizar a Justiça do Distrito Federal tem causado controvérsias na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Apesar de ter o aval da relatora, Rose de Freitas (Pode-ES), o PLC 99/2017 recebeu na semana passada uma redação alternativa de José Pimentel (PT-CE), suavizando a proposta. O texto volta ao debate na reunião de hoje da CCJ.

Apresentado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), o projeto original cria duas taxas — uma de 10% e outra de 7% — sobre os serviços notariais cobrados dos usuários. A taxa de 10% destina-se ao Fundo de Reaparelhamento e Desenvolvimento da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (Funreju), para ações de modernização da Justiça viabilizadas pelo Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal (Projus). Já a alíquota de 7% vai para a criação da Conta de Compensação do Registro Civil das Pessoas Naturais (CCRCPN), uma espécie de fundo em que os cartórios de maior demanda passariam a subsidiar aqueles de menor movimento.

Para custear as inovações, o projeto eleva as taxas cobradas pelos cartórios. Um registro de casamento passaria a custar R\$ 281,08, quando hoje sai por R\$ 164,75. Uma escritura pública passaria de R\$ 1.248,30, em seu valor máximo, para R\$ 2.208,42. A autenticação

de cópia, atualmente em R\$ 3,90, passaria a custar R\$ 6,69, observou Pimentel.

Embora reconheça a necessidade de atualização dos valores cobrados pelos cartórios, Pimentel considerou “excessiva” a oneração sugerida pelo projeto, quase sempre superior ao praticado em outros estados, e com lucros altos.

O voto em separado propõe que, em vez da cobrança de 10% sobre todos os serviços notariais como autenticações, certidões, procurações e escrituras, os recursos venham do recolhimento de 2% sobre os serviços e registros públicos com valor econômico declarado, praticados pelos cartórios de protestos de títulos e registros de imóveis. O recolhimento incidiria sobre a arrecadação dos próprios cartórios e tabelionatos, sem repasse aos usuários.

Pimentel também mantém a criação da conta de compensação, nomeando-a Fundo para Compensação do Registro Civil das Pessoas Naturais (FCRCPN), mas reduz o percentual, de 7% para 5%, sem repasse dos custos aos cidadãos, frisa. O senador sugere ainda que os fundos, a serem administrados pelo Banco do Brasil, vigorem por cinco anos.

A tabela dos serviços cartoriais também foi reduzida. Assim, a habilitação para casamento passaria a custar R\$ 210, em vez de R\$ 281,08, e uma autenticação sairia por R\$ 5,50, em vez de R\$ 6,69.

Colegiado deve votar Código de Aeronáutica hoje

A comissão especial que analisa a modernização do Código Brasileiro de Aeronáutica vai se reunir hoje, às 11h, para votar um substitutivo ao

projeto. Apresentado por José Maranhão (MDB-PB), o novo texto mantém o dispositivo original do PLS 258/2016 determinando que a autori-

zação para a exploração de serviços de transporte aéreo público somente seja dada a empresas constituídas sob leis brasileiras e que tenham sede e administração no país.

O relator manteve ainda as mudanças aprovadas pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), permitindo que as empresas cobrem por qualquer bagagem despachada em voos nacionais e internacionais.

Maranhão lembrou que o código é de 1986, o que evidencia a necessidade de atualização.



Permissão de cobrança de bagagem despachada está no relatório

Comissão sabatina indicados para embaixadas

Em reunião marcada para hoje às 10h, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) sabatina os diplomatas Antonio Francisco da Costa e Silva Neto e Marcelo Souza Della Nina, indicados para embaixadores do Brasil na Costa Rica e na Arábia Saudita e no Iêmen, respectivamente.

Indicado para a Costa Rica, Costa e Silva foi assistente na Divisão da América Meridional II (1985-1988) do Itamaraty; professor assistente de política externa brasileira contemporânea no Instituto Rio Branco (1986); e professor assistente de história das ideias (1987).

No exterior, serviu nas Nações Unidas, em Nova York (1988-1991); nas embaixadas em Montevidéu (1991-1994), Santo Domingo (1994-1996), Paris (2000-2004), Assunção (2004-2008) e Cidade do México (2008-2011). Foi embaixador na Jamaica (2011-2015) e na Finlândia (a partir de 2015). A indicação é relatada pelo senador Hélio José (Pros-DF).

Arábia Saudita

Já o diplomata Della Nina foi chefe do Setor Econômico e de Promoção Comercial na embaixada do Brasil no México (2006-2009), da Divisão de Propriedade Intelectual (2014-15) e coordena a área econômico-comercial, de investimentos, promoção comercial, energia, consular e administração da embaixada do Brasil na China (desde junho de 2015).

O indicado foi agraciado com os títulos de Cavaleiro das Ordens da Palma (Suriname, 1996) e do Rio Branco, em 2002, além de ter recebido a Medalha Mérito Santos Dumont, em 2016.

A relatora da indicação é a senadora Ana Amélia (PP-RS). Após as sabinas, a comissão deverá votar requerimento para a realização do seminário EcoCuiabá, evento sobre sustentabilidade das Américas que será realizado de 11 a 15 de maio de 2020. O requerimento é de autoria do senador Wellington Fagundes (PR-MT).

“O EcoCuiabá está sendo planejado para ser o maior evento sobre a sustentabilidade das Américas. Seu objetivo principal será debater as necessidades para se combater a degradação do meio ambiente. Assim, é de capital importância a participação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional na discussão de ideias que farão parte de um documento, em forma de manifesto, que revelará cada um dos problemas para a comunidade mundial”, explica o senador.

Reforma não beneficiou trabalhador, indica debate

Participantes de audiência sobre primeiro ano da nova norma trabalhista criticaram pontos como contratos em tempo parcial, trabalho intermitente e possibilidade de terceirização da atividade-fim

PARTICIPANTES DE DEBATE ontem sobre o primeiro ano da reforma trabalhista (Lei 13.467, de 2017) afirmaram que a norma gerou prejuízos ao trabalhador. A audiência foi realizada pela Subcomissão do Estatuto do Trabalho.

Nos contratos em tempo parcial, a remuneração média não chega a R\$ 900 nem para homens nem para mulheres, disseram os debatedores. Nos contratos intermitentes, pagos por hora trabalhada, a remuneração média das mulheres é de R\$ 773, também inferior ao salário mínimo, e, no caso dos homens, de R\$ 970.

De acordo com a pesquisadora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Marilane Teixeira, entre abril e setembro, 29.986 pessoas foram contratadas para trabalho intermitente. Dessas, 8.801 já foram dispensadas.

— Essa forma de contratação não traz absolutamente nenhuma segurança, não tem nenhuma proteção — disse.

A terceirização de atividades-fim também foi apontada



Paim (3º à dir.) preside audiência sobre um ano da reforma trabalhista

como um problema. O procurador do Trabalho Paulo Vieira citou casos de demissão em massa para a substituição por terceirizados.

— A empresa Latam demitiu mais de mil empregados para contratar terceirizados. Um hospital em Porto Alegre demitiu cerca de 400 trabalhadores para terceirizar as atividades — relatou.

O presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Guilherme Feliciano, destacou que a nova legislação é alvo de 25 ações de incons-

titucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF).

— São ações sobre as contribuições sindicais, trabalho insalubre de gestantes e lactantes, trabalho intermitente.

Vice-presidente da subcomissão, Paulo Paim (PT-RS) defendeu a aprovação do Estatuto do Trabalho, proposta em debate no Senado e apelidada de “nova CLT”:

— Queremos o novo Estatuto do Trabalho, e a correlação de forças no próximo ano é que vai dizer para onde vamos. Mas a preocupação é grande em matéria de direitos.

Operário da construção pode ter direito a casa popular

Trabalhadores da construção civil poderão ter direito a uma cota de 5% das unidades do Programa Minha Casa, Minha Vida. Projeto sobre o assunto poderá ser votado hoje na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR).

Autora do PLS 331/2015, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) alega que as exigências burocráticas do Minha Casa, Minha Vida impedem que segmentos carentes de atendimento habitacional sejam beneficiados. No caso dos trabalhadores da construção civil, Vanessa afirma que a exclusão é “particularmente perversa”, uma vez que eles são a mão de obra responsável pelo programa.

A relatora, Regina Sousa (PT-PI), é favorável ao texto.

Já o senador José Medeiros (Pode-MT) apresentou voto em separado pela rejeição do projeto, que terá votação final na CDR.

A comissão ainda deve analisar hoje o PLS 68/2016, de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que trata da garantia de isenção de Imposto de Importação na compra de máquinas, insumos e equipamentos para as indústrias instaladas na Zona Franca Verde.

Criada em 2009 e regulamentada em 2015, a Zona Franca Verde engloba indústrias localizadas nas áreas de livre comércio de Tabatinga (AM), Macapá e Santana (AP), Guajará-Mirim (RO) e Brasileia (AC) e Cruzeiro do Sul (AC).



Projeto garante que 5% das habitações se destinem aos operários

ELEIÇÕES 2018

Vanderlan Cardoso (PP-GO)



Para o novo senador, emprego e renda são prioridade

Emprego e renda serão prioridade, diz Vanderlan

Primeiro colocado nas eleições de Goiás para o Senado, com 31,35% dos votos válidos, o senador eleito Vanderlan Cardoso afirma que uma de suas prioridades será estimular a geração de emprego e renda.

— Precisamos gerar emprego e renda em todo o país. Para que isso aconteça, nós temos que fazer as reformas que já estão sendo discutidas no Congresso Nacional, como a reforma tributária — disse.

Vanderlan também diz que vai trabalhar para acabar com os gargalos na infraestrutura que inibem o crescimento do país e repensar monopólios nas áreas de combustível, energia e gás, por exemplo.

Ex-prefeito de Senador Canedo (GO) entre 2005 e 2010, Vanderlan também diz que vai priorizar discussões sobre a reforma tributária, o aumento de verbas de segurança para estados e municípios e o novo pacto federativo.

Angelo Coronel (PSD-BA)



Angelo Coronel defende desoneração do setor produtivo

Brasil precisa de reforma tributária, afirma Coronel

Angelo Coronel terá entre as prioridades como senador a defesa da reforma tributária para reduzir a carga de impostos e encorajar investimentos. Para ele, a medida ajudará a recuperar a economia no país.

— Precisamos atrair investidores nacionais e internacionais para abrirem empresas. Se você amplia o parque industrial e comercial, gera empregos, e as pessoas vão ter renda para consumir. É uma roda e temos que fazê-la

girar bem azeitada.

Coronel defende a simplificação de alíquotas por meio da criação de um imposto de valor agregado e a desoneração do setor produtivo. Também é a favor de uma revisão do pacto federativo que dê mais peso aos estados e municípios na distribuição da receita.

O futuro senador também garante que defenderá recursos para a recuperação de rios e para a expansão da educação em tempo integral.

Plínio Valério (PSDB-AM)



O estado tem o direito de se desenvolver, diz Valério

Plínio Valério quer retirar Amazonas do isolamento

Eleito senador pelo Amazonas, Plínio Valério se disse indignado com a situação de “isolamento” de seu estado em relação ao resto do Brasil. Segundo ele, o Amazonas sacrifica seu desenvolvimento para preservar a floresta amazônica e recebe “migalhas” do governo federal em troca. Sua atuação no Senado terá como prioridade mudar esse cenário.

— Somos referência mundial em preservação ambiental, conservamos 98% da

nossa floresta. Fazemos fronteira com três países e somos o maior estado da Federação. O que o Brasil quer de nós? Não podemos mais sacrificar o homem do interior. Queremos poder nos desenvolver.

Valério defende mais acesso aos recursos naturais da região, investimentos em biotecnologia e expansão do potencial agropecuário. Outra reivindicação é a retomada da BR-119, rodovia federal que liga Manaus a Boa Vista.